

Déficit vai superar 1% do PIB

“A crise dos estados é de fluxo de caixa e não de estoque, e tende a se agravar”

por Claudia Safatle
de Brasília

Haverá, neste ano, um déficit operacional de 1 a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas consolidadas do setor público. Já admite o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros. A área econômica perdeu as esperanças de reverter esse quadro e conseguir um equilíbrio fiscal, principalmente depois que foi surpreendida pelo estrago das contas dos estados e municípios.

“A crise dos estados é de fluxo de caixa e não de estoque, e tende a se agravar bastante nos próximos trinta a sessenta dias”, disse ele a este jornal. Isso porque todas as medidas que os governadores poderiam tomar e tomaram — como atraso de pagamentos aos fornecedores e atraso de salários — têm efeito uma vez só. Além disso, as Operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias (Aros), por lei, não podem ultrapassar o ano-calendário sem serem quitadas.

Soma-se a esse quadro o pagamento do 13º salário e chega-se à conclusão de que a renegociação do estoque da dívida, que está sendo discutida com o governo federal, é importante, mas não resolve o gargalo do fluxo de caixa. Além de empréstimos de emergência do governo federal, no curto prazo os estados precisam recuperar a capacidade de buscar financiamento, e isso só se alguns sinais importantes forem dados aos agentes econômicos, em geral, e ao mercado, em particular. A aprovação da reforma administrativa é um desses sinais, segundo ele, absolutamente necessários para atuar nas expectativas e,

por essa razão, o debate no Congresso “deve subir de tom”, acredita ele.

“O fato de dar aos estados poder para enxugar a folha de salários, sem o risco de os demitidos recorrerem à Justiça e reverterem a situação, já seria um indicador importante para o mercado voltar a financiar os governos”, entende Mendonça de Barros. Ele cita o Prêmio Nobel de Economia, Robert Lucas, formulador da teoria das expectativas racionais, para avaliar seu raciocínio de que o mercado, a partir da aprovação de medidas, já trabalha antecipando seus efeitos.

Hoje, olhando os dados, Mendonça de Barros admite que a equipe econômica não avaliou bem o problema fiscal que viria dos caixas estaduais. Foi literalmente tomada de surpresa quando os primeiros dados confiáveis começaram a aparecer, no mês de agosto, sobre o desempenho das contas públicas no primeiro semestre.

Hoje, os indicadores mostram que o déficit operacional (calculado com base na necessidade de financiamento da União, dos estados e dos municípios, inclusive empresas estatais e Previdência Social, desconsiderada a inflação que corrige esses financiamentos) foi de 1,5% do PIB em agosto.

De janeiro a agosto os estados e municípios acumularam um déficit de 2,5% do PIB no conceito operacional e de 4% do PIB na metodologia nominal (que contabiliza a correção monetária e cambial dos saldos dos financiamentos realizados). O resultado só não foi pior porque a União e as empresas públicas conseguiram contrabalançar, com superávit operacional, o dé-



José Roberto Mendonça de Barros

ficito produzido por governadores e prefeitos.

“Todos sabíamos que a estabilidade provocaria aumento de demanda e perda do ‘float’ (entendido como os efeitos que a inflação elevada produz sobre o caixa). ‘Só não prevíamos que, no caso do ‘float’, a perda fosse tão devastadora”, disse o secretário. “No ano passado, antes das eleições, os funcionários públicos estaduais tiveram aumentos salariais da ordem de 30%. Reajustes nominais que acabaram sendo reais, já que a inflação não derreteu esses aumentos.

Ou seja, “a estabilização condenou um jeito de fazer política” arraigado nas administrações públicas após anos e anos de inflação alta. Hoje, “não dá mais para fazer graça com o orçamento nominal nas vésperas das eleições”, assinalou.

Apesar do desacerto fiscal ser um problema crônico, insistentemente adiado em todas as tentativas anteriores de estabilização, Mendonça de Barros garante que, agora, chegou-se ao “caroço”. Não há mais como empurrar o problema com a barriga, os governos não têm nenhum grau de liberdade para contornar sem

mexer na raiz do desequilíbrio, cortando a folha de salários e fazendo um bom ajuste patrimonial.

“O melhor cenário, no curto prazo, vai ser penoso”, adianta o secretário, que é, no governo, um dos principais formuladores de política econômica, hoje.

CRESCIMENTO DE 4% COMPROMETE EMPREGO

Os efeitos da manutenção de baixas taxas de inflação não se encerram na questão fiscal. Há um conjunto de problemas na agenda da área econômica e um deles é potencialmente explosivo: o desemprego.

Mendonça de Barros faz uma avaliação que coincide tanto com os temores da deputada Maria da Conceição Tavares (PT-RJ) quanto com as previsões do deputado Delfim Netto (PPB-SP). Ou seja, de que o grande inibidor do crescimento econômico do País, nos próximos anos, é o balanço de pagamentos.

O patamar das exportações brasileiras leva o governo a ter que, de alguma forma, conter as importações para que o déficit em transações correntes seja de um tamanho financiável. Não há como multiplicar as exportações no curto prazo, o que só seria possível com subsídios e boa injeção de câmbio, instrumentos totalmente descartados pelo governo: porque o Tesouro Nacional não tem recursos disponíveis e porque o câmbio é uma das âncoras do Plano Real.

Segurar importações significa, em última análise, limitar as possibilidades de crescimento da economia, sobretudo no cenário de hoje, onde “não se pode mais financiar o nível de atividade com taxa de câmbio, de um

lado, e formação forçada de poupança, de outro, movida pelo imposto inflacionário”, enfatizou o secretário.

Como a taxa de crescimento prevista para os próximos anos do governo Fernando Henrique Cardoso, entre 4 e 5% ao ano, é, segundo ele, insuficiente para absorver a oferta de mão-de-obra adicionada ao ganho de produtividade, a tendência é o presidente da República encerrar seu mandato com inflação estável, mas com um nível de desemprego substancialmente maior do que encontrou.

A questão do desemprego já está sendo antecipada pelos economistas do governo e, na última semana, iniciou-se a discussão, junto ao ministro do Trabalho, Paulo Paiva, sobre como e o que o governo deverá fazer para atenuar esse problema.

Reintegração — Um grupo de trezentos invasores da “Vila Cascavel”, em São Luís, apoiado por lideranças sindicais e vereadores do PDT e do PT, invadiram a sede da prefeitura municipal. Eles querem conseguir com a prefeita Conceição Andrade a legalização dos terrenos da vila em nome de cada um, já que estão ameaçados de expulsão por determinação da Justiça do Maranhão. Os invasores ocuparam também, em seguida, o gabinete do vice-governador do estado, José Reinaldo Tavares. Eles exigiram que a governadora Roseana Sarney determinasse o afastamento da Polícia Militar do caso e deixasse de apoiar qualquer iniciativa da Justiça de proceder à reintegração de posse dos terrenos que ocuparam. A situação é tensa na “Vila Cascavel”, centenas de casas rústicas já foram construídas. Moradores, insuflados por advogados e candidatos a cargos eletivos, não aceitam abandonar o local.